



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 93

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 12 de Dezembro de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 30 minutos)

No **Período de Informação Parlamentar**, os Secretários da Mesa procederam à leitura do expediente.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, proferiram intervenções de interesse político relevante para a Região os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Osório Silva (*PS*).

No debate ocorrido posteriormente, usaram da palavra os Srs. Deputados António Gomes (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Lizuarte Machado (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Renato Leal (*PS*),

José San-Bento (*PS*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*).

No **Período da Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1ª - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Provedor da Criança Acolhida”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Bento Barcelos (*PSD*).

2ª - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Classificação da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico”.

Apresentada a proposta pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

Submetida à votação, a proposta mereceu a unanimidade da câmara.

3ª - Pedido de autorização à ALRA para que o Srs. Deputados Manuel Arruda e Alvarino Pinheiro sejam ouvidos na qualidade de testemunhas.

Submetidos à votação, os relatórios foram aprovados por unanimidade.

4ª - Eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico Social.

Foram eleitos como membros efectivos os Srs. Fernando Lopes e Luís Tadeu e como suplentes os Srs. António Gabriel e Francisco Ferreira.

5ª - Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Dezembro.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 13 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários para proceder à apresentação de alguma correspondência que chegou à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, pedido de parecer para o Projecto de Decreto-Lei

que “transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2002/33/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2002, que altera as Directivas nºs 90/425/CE e 92/118/CE, do Conselho, no que respeita às regras sanitárias relativas aos sub-productos animais.”

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (Raúl Rego): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, pedido de parecer para o Projecto de Decreto-lei que “estabelece condições de comercialização de produtos da pesca e aquicultura congelados, ultracongelados e descongelados, destinados à alimentação humana.”

Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Apresentada a correspondência, vamos iniciar o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os CTT pretendem encerrar a Estação dos Correios das Lajes das Flores; como todos sabemos, as Lajes das Flores são um Concelho onde apenas existe uma Estação de Correios, localizada na Vila. Em visita recente à Região o Presidente do Conselho de Administração dos CTT chamou posto àquela Estação – única existente no Concelho – e anunciou o seu encerramento.

Nas Flores diz-se que os CTT pretendem transferir a Estação dos Correios das Lajes para a Junta de Freguesia, o que nos parece legalmente complicado, na medida que aquela Estação é, e sempre foi, de âmbito concelhio e não sabemos como será possível que a Junta de Freguesia duma freguesia possa ter um trabalhador, mesmo contratado, que preste o seu serviço para além da própria freguesia, sem que esse serviço tenha a ver com os interesses da freguesia para a qual trabalha. Por outro lado, estamos em total desacordo que os serviços públicos prestados pelos CTT num Concelho, sejam transferidos para uma Junta de Freguesia ou para outra qualquer entidade pública ou privada.

Desde há anos que nas Lajes das Flores têm sido desactivados os serviços prestados pelos CTT e a qualidade e periodicidade daqueles serviços têm-se degradado; aliás,

isso não só tem acontecido naquele concelho, e por muitas vezes temos denunciado diversas anomalias verificadas com os serviços prestados pelos CTT nas Flores. Mas, agora anuncia-se a sentença de morte, rasgada por um senhor que provavelmente nunca esteve no concelho das Lajes das Flores, que tem o poder de liquidar um serviço público a que os cidadãos têm direito, mas que esse senhor discricionariamente quer-lhes tirar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos deixar aqui o nosso mais veemente protesto pelo anunciado encerramento da Estação dos Correios das Lajes das Flores, único serviço dos CTT ainda existente naquele Concelho. Mas gostaria de apelar ao Governo Regional dos Açores no sentido de não baixar os braços perante a prepotência dum Serviço Nacional que tem a responsabilidade de prestar serviços públicos aos cidadãos de todos os concelhos do País e que agora, pura e simplesmente, resolveu riscar do mapa um dos concelhos desta Região. Não o podemos permitir, ou antes, a Região Autónoma dos Açores não pode nem deve permiti-lo. Por isso, o apelo que faço ao Governo Regional, estendo a todos os deputados desta Assembleia, no sentido de não permitirmos que aos cidadãos desta Região sejam retirados direitos que lhes são inalienáveis.

Disse.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Está aberto o debate sobre esta intervenção.

(Pausa)

Tenho inscritos para este debate a Sra. Secretária Regional Adjunta e os Srs. Deputados António Gomes, Herberto Rosa, Duarte Freitas, Aires Reis, José Decq Mota, Lizuarte Machado, Nuno Amaral, Renato Leal e José San-Bento.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe-nos uma matéria de extrema actualidade e que tem preocupado não só o Governo Regional, como os diversos partidos políticos que se têm manifestado preocupados com essa situação.

O encerramento de algumas das estações de correio nas nossas ilhas trará, como é óbvio, sérias dificuldades.

O Governo Regional já fez diversos contactos no sentido de ter um papel activo e, desde logo, estar a par de todas as intenções desta empresa pública que está sob a alçada do Governo da República.

O primeiro contacto foi feito em Setembro pelo Sr. Secretário Regional da Economia, com a própria administração da empresa, quando tivemos conhecimento que a situação que se pretendia levar a cabo era encerrar algumas das estações.

Nessa altura teve como resposta de que a situação ainda não estava definida. Pretendiam encerrar algumas, mas muito poucas. Era uma situação altamente excepcional que não traria preocupações de cuidado para a Região.

Provavelmente, esqueceram-se que a Região é constituída por diversas ilhas e que o encerramento de algumas, mesmo pontuais, pode pôr em causa o serviço prestado a uma ilha.

O Governo Regional fez um segundo contacto em Novembro, através de uma carta dirigida pelo Sr. Presidente do Governo Regional, por não ter ficado satisfeito com essa resposta, em que pede com rigor a definição de quais as estações que serão encerradas, quais as que se manterão e como se pretende fazer a transferência desses serviços.

A resposta a este segundo contacto não ocorreu.

Tivemos conhecimento que o Sr. Presidente da Administração da Empresa esteve recentemente nos Açores, mas o envolvimento pedido à própria empresa e ao Governo da República não nos foi facultado.

Gostava ainda de vos dizer que temos recebido diversos contactos de Juntas de Freguesia, através de ofícios, preocupadas com a situação e com a legalidade de receberem esse tipo de serviços na suas sedes, já que, por um lado, percebem e tentam resolver o problema das populações, mas, por outro, não têm forma nem

meios financeiros para suportar os encargos que um funcionário a tempo permanente implica.

Daí que se gera uma situação altamente preocupante para a Região, que é de legalidade duvidosa e que implica e implicaria que o Governo Regional tivesse um envolvimento directo nessa situação e estivesse sentado à mesa das negociações para decidir, antes de tomadas as decisões, como se deveria orquestrar e operacionalizar toda essa questão.

Obrigada. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta má decisão de encerramento de alguns postos dos CTT, infelizmente, atingiu a Ilha de São Jorge.

Por força disso, o Governo Regional e todos os partidos tomaram posição sobre essa matéria.

Recentemente, o Sr. Deputado Aires Reis trouxe uma intervenção à Assembleia Legislativa Regional dos Açores sobre este assunto e, posteriormente, com data de 13 de Novembro, um responsável político do PSD dizia, relativamente a essa matéria, que “receava que a intervenção do Governo Regional, divulgada ontem, tenha sido um pouco tardia, apesar do alerta ter sido dado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores pelos Deputados do PSD”.

Esse alerta foi dado e eu, na continuidade da intervenção do Sr. Deputado Aires Reis, tive oportunidade de me pronunciar sobre essa matéria.

Acabo por ver que este último parágrafo não traduz a verdade, porque este comunicado tem data de 13 de Novembro e a Secretaria Regional da Economia, em Setembro, já tinha feito diligências nesse sentido. Eu, inclusivamente, contactei a Secretaria Regional da Economia nessa data e disse nesta Assembleia que também estávamos atentos a esse assunto, que me tinha interessado pessoalmente por esse problema e que a questão estava a ser tratada.

Mais tarde viemos a saber que o Sr. Presidente do Governo, por falta de informação por parte do Governo da República, tinha tomado uma iniciativa preocupado com essa matéria.

Sabemos que alguns deputados da oposição e da posição regional tomaram posição sobre essa matéria.

Gostaria de saber se o Líder Regional do PSD, que é Deputado à Assembleia da República, tomou alguma posição sobre esse assunto, porque, em termos públicos, não vi qualquer posição.

Julgo que neste comunicado do PSD teria sido muito simpático, e o partido naturalmente beneficiaria com isso, se viesse referido que o Líder Regional do PSD tinha tomado uma posição agressiva ao nível da República sobre essa matéria.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe a esta Casa um assunto importante e actual. Se outra coisa fosse precisa, a própria reacção das diversas bancadas relativamente à matéria simboliza isso mesmo.

A questão foi localizada na estação dos correios das Lajes das Flores, mas ela é vasta e abrange outras localidades da Região. Portanto, é uma questão que extravasa a própria Ilha das Flores.

Os CTT são serviços da Região que, pela nossa condição de ilhas, sempre foram acarinhados e vistos com bons olhos.

Hoje, receio que qualquer dia tenhamos que dizer que os correios prestam um mau serviço, não servem e estão a prejudicar a nossa Região e a ligação entre as nossas ilhas e sermos acusados pelo PSD de estarmos a fazer guerrilha ao Governo de Lisboa.

De facto, as declarações do Sr. Horta e Costa deram a entender que não há tutela, que ninguém manda nos CTT, embora os CTT tenham a responsabilidade de serviço público a que se estão furtando.

Nas Lajes das Flores, pelas informações que eu tenho, a Junta de Freguesia, com 350 euros por mês, não quer assegurar o serviço.

A vontade de fazer asneira é tal, a postura economicista é cega e de tal ordem, que se calhar vamos ter um merceeiro a fazer este trabalho, porque eles admitem ceder o serviço a privados.

Portanto, temos que perguntar clara e frontalmente a quem tem responsabilidades nesta matéria, a quem tem responsabilidades de tutela desta empresa que tem uma obrigação de serviço público para com os portugueses e para com os açorianos de forma especial, como é que isto se vai processar.

Dá a impressão que a crise que o Governo da República atravessa o distrai destas questões e que isto está em roda livre, mas se ainda temos governo neste país, perguntamos a quem o suporta, o que é que pensam sobre esta matéria. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir os Srs. Deputados do Partido Socialista, fiquei com a impressão que eles têm andado fora da Região ou então têm focalizado a sua atenção apenas num determinado aspecto.

Trouxeram questões relativamente ao encerramento de alguns postos dos CTT com as quais concordamos em absoluto. Aliás, publicamente, vários responsáveis do Partido Social Democrata têm vindo a defender que esta não é a melhor solução e têm vindo a pressionar e fazer todos os esforços para que não se fechem estas estações, inclusivamente, o líder do PSD também fez junto a quem de direito.

Porém, eu não me lembro de vos ver com essa preocupação quando fecham lotas, Casas do Povo e lojas da EDA.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Onde é que estava o vosso governo nessa altura? Estava em crise?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Deputado Herberto Rosa (PS): Estavam à beira do abismo e deram um passo em frente!

O Orador: Hipocrisia foi o que os senhores fizeram!

Além de hipocrisia, usaram de inverdades, porque o PSD tem vindo a demonstrar-se contra esta solução dos CTT e tem vindo a pressionar nesse sentido.

Os senhores não foram verdadeiros nas vossas soluções.

Foram hipócritas, completamente hipócritas, quando levantaram esta situação e ficaram no mais profundo silêncio quanto ao fecho das lotas, das casas do povo e das lojas da EDA.

Hipocrisia e sinal de alguma desorientação.

Se é para falar de crise, se a crise já existia quando começaram a fechar, agora com os problemas que há no vosso governo, crise maior iremos ter. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de reforçar a nossa posição. Nós estamos frontalmente contra esta medida dos correios.

De facto, fomos os primeiros a levantar esse assunto, ...

Deputado António Gomes (PS): Não senhor!

O Orador: ... porque essa situação verificou-se em relação à estação dos correios do Topo.

Gostaria de dizer que a administração dos correios não cumpriu com aquilo que tinha ficado combinado com a Câmara Municipal da Calheta, com a Assembleia Municipal da Calheta e com a Junta de Freguesia do Topo.

Passado algum tempo, começou a tomar determinadas medidas que iam contra aquilo que tinha ficado combinado.

Nós não gostámos dessa forma de proceder, fizemos um requerimento e levantámos esse assunto nesta Assembleia.

Há aqui uma questão que me parece que falhou redondamente. Os açorianos escolheram este Governo Regional para governar e para defender os seus interesses. A Sra. Secretária disse há pouco que em Setembro o Governo fez o primeiro contacto e que em Novembro o Sr. Presidente do Governo dirigiu um ofício. Mas onde é que está a posição firme deste Governo relativamente a este assunto?

Deputados João Cunha e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Está por escrito!

Deputado Manuel Campos (PS): Pura hipocrisia!

O Orador: Nós esperámos uma posição firme sobre esse assunto junto da administração dos correios.

A posição do Governo Regional em relação a este assunto foi muito frouxa. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

O Deputado Paulo Valadão trouxe aqui uma matéria conhecia de todos. Queria chamar a atenção para um aspecto particular que ele levantou.

Já houve intervenções e posições anteriores, referências e declarações, no que se refere a muitas ilhas e a muitos sítios. Mas a administração dos CTT chegou ao extremo de ignorar a existência de um concelho, o concelho das Lajes das Flores, e fechou a única estação existente naquele concelho. Isto qualitativamente tem diferença, porque afirmou que ia manter uma estrutura por concelho e não respeitou um deles. Esta diferença torna extremamente importante, dentro deste contexto, a chamada de atenção do Deputado Paulo Valadão.

Há aqui um problema de fundo. Os CTT são obrigados a prestar um serviço público, mas não o querem prestar em condições quando não ganham dinheiro com isso. Isto não é aceitável.

Estamos voltando, na primeira metade do Séc. XX, à segunda metade do Séc. XIX, em que vão haver pessoas encarregadas no mundo rural, nas ilhas isoladas ou distantes, de fazer o mínimo, isto é, a recepção e distribuição de cartas.

Toda a perspectiva dos CTT como empresa prestadora de serviço, empresa que aproxima os cidadãos, não só através do serviço postal mas de uma série de

questões, desaparece totalmente destas ilhas porque não dá lucro aos CTT e não entra dentro da economia liberal. Isto não é aceitável.

Quanto mais isolados estamos, mais necessitamos destes serviços.

Isto não tem nenhuma desculpa.

Pode-se chegar ao extremo da Região Autónoma dos Açores, através dos seus órgãos, se ver obrigada a ter que tomar uma atitude do género de criação do serviço postal público. Mas é lamentável que haja um Governo da República, independentemente do que o PSD/Açores pense, que deixe este serviço público chegar a esta situação. É absolutamente condenável e lamentável.

Deputado António Gomes (PS): *Muito bem!*

O Orador: Isto não pode ser dito com meias tintas e meias palavras.

Eu sei que o PSD/Açores está contra isso, mas tem que usar toda a sua influência para defender os Açores. Se não for capaz, o PSD/Açores junto com o PS, o PP e o PCP tem que encontrar uma solução no quadro da defesa do interesse específico dos Açores.

A Autonomia não existe só para estar no Estatuto. A Autonomia existe para ser cumprida.

Deixar concelhos e freguesias isoladas sem serviço público postal não é aceitável.

Esta atitude que uma empresa tutelada pelo Governo da República está a tomar é o cúmulo do centralismo, é o cúmulo do desprezo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*)

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.*

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:*

A degradação dos serviços prestados pelos CTT na Região, particularmente nas ilhas mais pequenas e isoladas, não é novidade. Ela já se vem notando há muitos anos.

De facto, pagamos o mesmo que pagam os clientes dessa empresa a nível do Continente, mas somos mal servidos. Recebemos o correio atrasado e as coisas têm-se degradado muito.

Alguma coisa tem que ser feita. Se calhar o caminho que se está a seguir não é o melhor, mas nesta matéria cada um tem que assumir as suas responsabilidades e o PSD não se pode exaltar quando lhe é pedido que assuma também as suas.

Não podemos aceitar o epíteto de hipócritas, particularmente no que diz respeito às questões regionais que têm a ver com a Lotação e com a EDA.

O Sr. Deputado Duarte Freitas sabe, porque esteve presente na mesma reunião, que foi dito por nós e assumido que não aceitaríamos o encerramento das lotas a não ser que passassem por cima de nós. Portanto, sabe muito bem que tomámos publicamente posição clara sobre essa matéria, no que diz respeito particularmente ao Pico.

Também sabe muito bem que relativamente à EDA eu, particularmente como vereador da Câmara Municipal das Lajes do Pico, também tomei posição relativamente a essa matéria, não só subscrevendo a posição da Câmara como fazendo uma declaração de voto sobre isso.

Portanto, o epíteto de hipócrita não pode ser aqui aplicado e não o aceitamos de maneira nenhuma, porque ele não é justo nem corresponde à verdade.

Hipócritas serão aqueles que não assumem as suas responsabilidades, não exercem as suas influências junto de quem devem exercer para que algumas freguesias da nossa Região não fiquem abandonadas de um serviço postal que já é mau há muitos e muitos anos. ()*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho associar-me a este voto de protesto do PCP de forma a que os responsáveis da República que tanto apregoam a discriminação positiva para com as zonas mais carenciadas, saibam que estão a fazer o contrário daquilo que apregoam.

Encerrar um posto de correios como o do Nordeste, que é único no concelho, é prejudicar aqueles que mais precisam de apoio e de solidariedade de todos.

Por isso, devemos todos recusar o desmantelamento do serviço público de correios, solidarizar com a luta dos trabalhadores dos CTT, recusar esta tentativa de transferir competências para as autarquias e lutar contra esta tentativa de pôr açorianos no desemprego.

Peço a união de todos para esta luta na defesa dos açorianos. (*)

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito das funções políticas que desempenhei antes de vir para esta Casa, tive oportunidade de acompanhar por perto uma situação que se viveu nesta ilha com a anterior Directora Regional dos serviços responsáveis pelos CTT.

Em conjunto, com críticas muito frequentes da Câmara de Comércio da Horta e de alguns autarcas responsáveis por algumas freguesias desta ilha, procurámos melhorar a eficácia do serviço móvel postal.

Foi com muita preocupação que há algumas semanas atrás tivemos conhecimento, de acordo com alguns OCS do Continente, da possibilidade de encerrar a estação da Horta.

Postos em campo, verificámos que talvez esses OCS não estariam bem informados relativamente a esse anunciado encerramento, mas de qualquer forma, no levantamento da situação, notámos que, e infelizmente para nós – e não quero ainda associar à mudança de responsáveis pelo serviço regional, mas é uma coincidência – quanto ao Faial, e tanto quanto se me é dado perceber, se verificou para pior.

Tenho a sensação de que com a anterior Directora as reclamações que lhe foram colocadas pelos serviços e pelos utentes desta ilha, embora não fossem totalmente solucionadas, encontraram sempre maior eco do que neste momento estão

encontrando pelo actual titular, o que para mim é muito preocupante, sabendo que ele é portador de informações que naturalmente tem que fazer chegar à administração.

É preocupante saber – tanto quanto sei, não é do domínio público, mas também não está com a chancela de confidencial – a existência de um processo disciplinar ou algo semelhante que estará a ocorrer relativamente a um funcionário de um determinado posto desta ilha, como também é preocupante verificar que nos tempos modernos em que a rapidez e a eficácia são cada vez mais exigidas, no caso concreto da Ilha do Faial, os utentes são, não direi ludibriados, mas enganados, porque quando vão ao aeroporto para utilizar o serviço do posto que lá existe (julgam que pelo facto do posto ficar mais próximo da pista aquilo que querem expedir vai chegar mais rapidinho), a correspondência ou encomenda para ser expedida, tem que vir à cidade da Horta para ser devidamente tratada e encaminhada posteriormente para o aeroporto.

Era apenas esta nota que queria aqui deixar. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Duarte Freitas que, quer da parte do Partido Socialista, quer da parte do Governo Regional, não houve nenhuma hipocrisia nem nenhuma falta de firmeza.

O Sr. Deputado deve tomar conhecimento que, para além da carta que o Sr. Secretário endereçou à administração da empresa e para além da carta que o Sr. Presidente do Governo enviou ao Ministério da Economia, o Partido Socialista, através dos seus Deputados à Assembleia da República, deu instruções para que esta matéria seja acompanhada com grande atenção e proximidade.

Gostava também de esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas, que o Partido Socialista defende um estado de proximidade ao serviço das pessoas e com serviços de qualidade.

O que vemos neste caso, de forma exemplar, é a incapacidade da administração dos CTT em lidar com este processo.

Quer estejamos a falar da reestruturação de uma empresa ou de uma fase, seja ela qual for, de privatização de uma empresa, a administração tem a obrigação de ter capacidade de diálogo e de relacionamento com os empregados e com os diversos parceiros onde essa empresa intervém, coisa que os CTT não têm tido.

Sr. Deputado Victor Cruz, o administrador dos CTT que o senhor diz que veio cá por sua causa, não veio cá fazer nada.

Deputado Victor Cruz (PSD): O senhor não sabe!

O Orador: Sei.

Deputado António Gomes (PS): Veio enganar a Câmara Municipal das Velas!

Deputado Aires Reis (PSD): Eu já o esclareço!

O Orador: Ele foi incapaz de esclarecer cabalmente esta situação.

Gostava também de referir que, neste momento, esta situação assume uma proporção deveras preocupante. Nós não estamos a falar de uma situação que diga respeito apenas aos Açores. A Madeira e o interior do Continente têm o mesmo problema.

Esta situação é grave, afecta os Açores e todo o país.

Gostava que o Sr. Deputado Duarte Freitas tomasse conhecimento que existe o site boicotectt.pt.vu. Se o consultar, verá que esta questão tem muito mais a ver com a incapacidade do Governo da República e da administração dos CTT, do que com qualquer departamento do Governo Regional.

Já agora, Sr. Deputado Duarte Freitas, gostava também de o esclarecer que a questão das Casas do Povo já está devidamente debatida. O senhor está mal informado, porque essa situação já está resolvida.

Em relação às lotas, fico muito admirado com aquilo que o senhor aqui disse.

A reestruturação que está a ser feita a nível das lotas pelo Governo Regional do PS e pela Lotação e que, ao contrário do que acontece com os CTT, está a ser feita com o acordo dos pescadores e dos parceiros, depois de um processo negocial que foi devidamente desenvolvido, está a introduzir uma melhoria qualitativa no serviço e um significativo aumento no rendimento dos pescadores.

Em relação a estas questões e preocupações levantadas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, da próxima vez gostava que abordasse com menos exaltação e com maior rigor.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, fico satisfeito pelo facto de se verificar que aquilo que se passa, em relação ao Concelho das Lajes das Flores, é uma situação que aparece por toda a Região.

No entanto, gostaria de lembrar que em termos de informação oficial dos CTT, só a semana passada é que se soube da intenção oficial do encerramento da estação das Lajes das Flores.

Em relação às intervenções que aqui foram feitas e que eu penso que tenho o direito de tecer algumas considerações, vou começar pelo Sr. Deputado Duarte Freitas que, aparentemente, vem a tomar uma postura de procurador da administração dos CTT.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quero afirmar, Sr. Deputado, que da parte do Partido Comunista Português, concretamente do Deputado eleito pela Ilha das Flores, sempre que houver qualquer anomalia, mesmo que seja numa empresa pública nacional, a nossa voz, enquanto aqui estivermos, vai ser usada para manifestar aquilo que sente a população da terra que nos elegeu.

Felizmente, nas Flores, as duas lotas continuam abertas, mas se não continuarem cá estaremos para nos revoltar. No que se refere às Casas do Povo elas, continuam a funcionar junto com os serviços externos da Segurança Social.

Portanto, da nossa parte isso não nos serve, não enfiámos a carapuça e fica aqui a nossa garantia de que a nossa luta continuará a ser feita, independentemente dos autores que procurem prejudicar a população da nossa terra.

Em relação à Sra. Secretária Regional quero agradecer os esclarecimentos prestados. De qualquer modo, gostaria de acrescentar que tenho a impressão que é possível continuar esta luta e estamos perfeitamente convictos de que o que está em causa é a defesa dos interesses desta Região.

Efectivamente, vindo aqui um senhor que visitou não sei quem, nem quero saber, e se há correspondência trocada e não respondida, devia ter havido alguma preocupação, por parte desse senhor, de ter contactado quem tem à sua responsabilidade o Governo desta Região e que tem o direito, se não legal, pelo menos moral, de ter tido algum contacto.

Por outro lado, a comunicação social divulgou que determinadas entidades, que até dialogaram com esse senhor, se comprometeram no sentido de não haver nenhum concelho sem estações, mas a realidade é contrária.

O Sr. Deputado Nuno Amaral colocou o problema do Nordeste, que eu desconhecia que fosse nessa extensão, e eu coloco o problema das Lajes das Flores. Efectivamente, esse senhor riscou no mapa um concelho.

Portanto, não é admissível que determinadas entidades regionais, que têm a obrigação de conhecer a Região, garantam à comunicação social que não haverá nenhum concelho em que desapareça os CTT quando esse senhor, perante a comunicação social, diz que vai extinguir estações nalguns concelhos.

Portanto, isto é revoltante, pelo menos em meu entender.

Perante esta matéria não podemos ficar de mãos caídas à espera de ver o que é que esse senhor, que nem sequer conhece o concelho das Lajes das Flores, que foi nomeado seja por quem for ou por um Governo que também desconhece a nossa realidade, nos esteja a atingir e a prejudicar. (*)

Deputados José Decq Mota (*PCP*) e Nuno Amaral (*PS*): **Muito bem! Muito bem!**

Presidente: **Informo que o PCP já esgotou o seu tempo.**

Aproveito também para informar que para este tema já estão inscritos 16 Deputados.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para continuar a intervir neste debate que me parece da maior importância e que, desde logo, trouxe a esta Casa a possibilidade de sabermos como é que o PSD se posiciona nesta matéria. Efectivamente, é importante e penso que era esse um dos objectivos da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os contributos que o PSD tem dado, segundo a sua bancada, é um excesso de negociação que até mereceu a visita do Sr. Administrador.

Os resultados estão à vista. O processo continua, mas não na forma vaga e imprecisa como nos foi dito pela administração dos CTT, de que apenas iam fechar uma ou duas estações.

Possivelmente, só a possibilidade de não conhecerem a realidade das ilhas em que vivemos, é que leva a que façam coisas caricatas como deixar ilhas e concelhos sem estações dos CTT. Isso demonstra bem a postura a que já estamos habituados, não só o estilo do Sr. Deputado Duarte Freitas, como da bancada do PSD.

O que interessa é descentrar o debate do PSD.

Vamos falar das coisas que dizem respeito ao Governo Regional.

Quando ouviu a sua intervenção ficou com a impressão que a culpa do encerramento das estações dos CTT também é do Governo Regional.

O que está em debate, não é aquilo que o senhor vai fazer.

O que nós queremos saber é o que é o PSD pensa e, principalmente, o que é que o PSD fez em relação a isso, nomeadamente o Sr. Deputado Victor Cruz através do seu enorme poder de influência.

Nós fizemos o que tínhamos a fazer.

O Sr. Deputado Victor Cruz diz que fez o que tinha a fazer e os resultados estão à vista. O Governo Regional foi posto à margem do processo. Nem uma resposta à carta do Sr. Presidente por parte do Ministério da Economia tivemos.

Portanto, neste momento, soubemos, através da comunicação social, que o senhor administrador tinha vindo dizer o que é que ia fechar e ainda por cima sem saber muito bem o que é que dizia.

O Sr. Deputado Duarte Freitas veio atribuir epítetos à forma como, quer o PS, quer o Governo Regional, têm liderado a questão.

Eu gostava de saber qual o epíteto que o senhor atribuiria a um Governo da República que, em relação a uma matéria tão relevante como esta, colocou o Governo Regional à parte.

Gostava também de acrescentar ainda mais uma matéria que considero importante.

Os senhores estão permanentemente preocupados com as autarquias.

Nesta matéria, em especial, deviam estar preocupados nomeadamente com as Juntas de Freguesias. Elas têm-nos pedido sistematicamente esclarecimentos de como é que vão resolver esta questão.

Como sabemos, as formas de financiamento das autarquias estão definidas e são limitadas. Portanto, se é possível que abstractamente essas Juntas de Freguesia encetem contractos com uma entidade para prestar o serviço, eu gostava de saber o que é que o PSD pensa disto.

As autarquias, nomeadamente as Juntas de Freguesia, não têm recursos financeiros para assegurar um funcionário a tempo inteiro que preste um serviço que, ainda por cima, nem sequer está na esfera do conteúdo funcional das suas competências.

Era apenas este esclarecimento que gostava de obter. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

A senhora quer saber o que é que o PSD pensa deste assunto?

Pois, se calhar, eu tenho mesmo que dar a resposta. É que talvez terá que ser o PSD a resolver o assunto, porque o Governo não consegue resolver.

Este assunto não pode, nem deve ser visto apenas por concelhos, como o Sr. Deputado Paulo Valadão, há pouco, estava a referir.

Eu acho que este assunto tem que ser visto também por realidades geográficas e digo isto porque, por exemplo, o Topo faz parte do concelho da Calheta. Na vila da Calheta há uma estação e no Topo há outra.

No entanto, se a estação de correios do Topo encerrar trará grandes problemas àquela zona, porque é uma zona muito distante e limitada, por diversas razões.

Outro exemplo que gostava de referir tem a ver com a estação da Calheta.

Às vezes, uma carta para chegar da estação de correios a uma distância de 200 metros, leva 8 dias. Porquê? Porque os carteiros passaram-se para a estação das Velas.

Isto já está a causar grandes problemas.

Por fim, gostaria de deixar uma preocupação a esta Assembleia e ao Governo Regional, acima de tudo.

Está-se a falar do encerramento das estações dos correios, mas, na minha opinião, o problema vai muito mais longe.

Nos últimos tempos encerraram as lotas...

Presidente: Sr. Deputado, eu gostaria de esclarecer que, como os senhores sabem, eu sou muito liberal. Aceito o debate e defendo-o intransigentemente.

Aceitei como natural que o Sr. Deputado Duarte Freitas, em termos de resposta, referisse as lotas e as Casas do Povo. Mas o assunto voltou a ser reconduziu à questão dos CTT.

O senhor está a tentar trazer novamente o debate para a questão das lotas, desviando o debate do assunto que estamos a tratar.

O senhor pode inscrever-se para uma intervenção e levantar o problema das lotas. Agora peço, por favor, que neste momento se reconduza à questão dos CTT.

O Orador: Sr. Presidente, eu não vou falar de lotas, nem do encerramento da EDA, das Casas do Povo, de escolas, dos postos da GNR. Apenas queria que percebesse que para dizer o que pretendo, tenho que referir as lotas.

Presidente: O Sr. Deputado compreendeu perfeitamente o que eu disse, porque é uma pessoa inteligente.

Habilmente continuou a citar essas situações.

Eu volto a pedir que se reconduza à questão, senão, daqui a pouco estamos a falar em imensas coisas menos dos CTT.

Isso não prejudica o debate, mas fugimos do tema na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

O senhor tem toda a liberdade de falar das lotas, da EDA e do que quiser, mas noutro contexto. É isso que eu lhe peço, porque tenho que dirigir os trabalhos com o mínimo de segurança.

O Orador: Naturalmente, Sr. Presidente, eu tenho que respeitar a sua orientação.

De qualquer forma, devo dizer que o assunto das estações dos correios faz parte de um conjunto de situações que levantam uma preocupação, que é o encerramento de diversos serviços nas ilhas mais pequenas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, é preciso referir isto para depois poder desenvolver o raciocínio.

Sob pena de eu não poder dizer o que tinha para dizer, termino por aqui, porque era esse o enquadramento que eu ia dar à minha intervenção. (*)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.**

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Devo dizer que comungo da interpretação do Sr. Deputado Aires Reis. Salvo melhor opinião da Presidência, acho que estamos a falar da questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe e que engloba a preocupação central dos CTT, e a preocupação no que se refere aos serviços descentralizados das vilas e concelhos ao longo dos Açores.

Portanto, foi nessa perspectiva que fiz a minha primeira intervenção e é nessa perspectiva que me permito avançar para esta segunda intervenção, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, relativamente a algumas considerações que aqui foram feitas, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que nós concordamos absolutamente com a sua intervenção, mas a nossa concordância não é de agora, Srs. Deputados.

Já concordámos com esta luta para que não se fechem os serviços descentralizados dos CTT há algum tempo.

Os órgãos concelhios de ilha do PSD já tomaram posição e o Sr. Deputado Aires Reis também tomou posição nesta casa. Aliás, fomos os primeiros a tomar uma posição nesta casa, como foi amplamente noticiado.

Deputado António Gomes *(PS)*: **É falso. O Governo foi o primeiro!**

O Orador: **Fora desta casa e nos vários órgãos de partido, esse assunto tem sido tratado. O Presidente do PSD tem feito, em termos públicos, tudo o que pode fazer para pressionar e sensibilizar para esta situação.**

Isto é aquilo que nos cabe a nós, porque não somos provedores do Governo da República. Somos provedores dos interesses dos açorianos em relação aos CTT, à EDA, às lotas e Casas do Povo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Há senhores aqui dentro que apenas são provedores dos interesses do Governo Regional e das empresas que, ou a mando do Governo Regional ou sem que o Governo Regional tenha mão nelas, fazem aquilo que entendem fechando serviços centralizados.

Não são só as empresas. Quando estamos a falar das Casas do Povo estamos a falar da diminuição dos serviços de atendimento que há nalgumas dessas instituições

Os senhores não se preocupam com isso. Têm um discurso para os idosos, um discurso social de solidariedade. E quando os idosos precisarem de ir a uma Casa do Povo e a encontrarem fechada, porque os senhores estão a diminuir os horários?

Deputado António Gomes (PS): É mentira. Não é verdade e o senhor sabe que não é!

O Orador: Não se lembram do vosso discursos social nessa altura?

Onde é que está o vosso discurso social quando há lojas da EDA que fecham e as pessoas precisam de recorrer aos seus serviços?

Onde é que está o vosso discurso social quando não há lotas em todos os concelhos?

Pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para clarificar de uma vez por todas quem é que está a tomar atitudes hipócritas ou não, o PSD desde já anuncia aqui que vai propor duas deliberações a esta Casa as quais votará favoravelmente porque é o proponente. Gostaria de saber se as outras bancadas vão votar a favor delas.

A primeira, para que não fechem as lojas dos CTT, que haja pelo menos uma estação dos CTT em cada um dos concelhos dos Açores. Penso que todos estão disponíveis para votar a favor.

A segunda, para que não fechem as lojas da EDA, para não diminuïrem os horários das Casas do Povo e para que se mantenha uma loja em cada concelho dos Açores.

Nessa altura vamos ver quem é que está a ser hipócrita, quem é que concorda ou não. (*)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Deputado António Gomes (PS): As Casas do Povo são Instituições Particulares!

Presidente: Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos durante 15 minutos. Peço aos líderes parlamentares o favor de me acompanharem.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Ss. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Juventude Socialista Açores realizou nos dias 14, 15 e 16 do passado mês, em Ponta Delgada, o seu VII Congresso Regional. Em representação das nove ilhas dos Açores estiveram presentes 164 congressistas.

Sendo a JS/Açores a única organização política de juventude que se encontra representada nesta Assembleia, cabe-nos a tarefa de dar a conhecer o resultado do debate realizado no nosso congresso e, por essa via, dar também a conhecer as preocupações e anseios da Juventude Açoriana.

Se dúvidas existissem, o VII Congresso da JS, foi a maior prova de que a JS mantém-se activa e socialmente inserida, continuando a ser o fio condutor entre a juventude e o poder político, transmitindo desta forma uma mensagem de cidadania e de confiança no futuro. Continuamos a defender a participação da juventude no desenvolvimento regional.

A JS assume e orgulha-se, passados 30 anos da sua fundação nos Açores, do seu passado de luta e combate político. Lutamos pela instituição da liberdade e da democracia nos Açores. Lutamos, e continuaremos a lutar, pela tolerância e pelo respeito pela diferença.

Fazê-lo é defender o desenvolvimento humano. Fazê-lo é, sobretudo, acreditar nas pessoas.

Vários são os desafios que se colocam à juventude açoriana.

É por isso imperioso que o poder político tenha a capacidade de perceber a dimensão e a intensidade destes desafios.

Para isso, é necessário que cada um assuma com frontalidade a sua missão. A Juventude Socialista assume as responsabilidades inerentes ao facto de se definir como organização política de Juventude.

É por isso que defendemos que as juventudes partidárias têm de assumir o papel de formadoras políticas, o que é substancialmente diferente de serem meras formadoras partidárias. "O importante não é que se aprenda de cor uma qualquer Cartilha, mas, sim, que se exercite a capacidade crítica, a única que treina os homens livres para as batalhas do futuro".

A frase não é nossa. António Sérgio escreveu na perfeição o espírito com que iremos nortear a nossa acção.

Não estamos na política para ganhar eleições. Estamos na política, porque queremos participar na construção do futuro. Estamos na política, porque acreditamos nos valores da Esquerda. Estamos na política, porque queremos Continuar a Participar Na Mudança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Haja honestidade política e intelectual. Os Açores estão hoje bem melhor do que ha sete anos atrás. Em 1996 os Açores não possuíam uma rede de acessibilidades que permitisse aos açorianos estarem mais próximos do mundo.

Os governos do Partido Socialista baixaram as tarifas aéreas e viabilizaram o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

Também na Ciência e Tecnologia antes de 1996 não existia nada na Região. Hoje, todas as escolas açorianas estão ligadas à Internet, existem mais de 20 clubes informáticos espalhados por todos os concelhos do arquipélago e os Açores Região Digital é já uma realidade incontornável.

Os Governos Socialistas nos Açores provaram que é possível a desgovernamentalização da Economia sem, com isso, descurar o papel de regulador e de investidor estratégico que cabe ao Governo Regional.

Só por desonestidade política e ausência de moral se poderá dizer que estes dois últimos Governos Regionais não foram os melhores de sempre da autonomia açoriana.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor acredita no que está a dizer!

O Orador: Mas não estamos satisfeitos. A JS/Açores exigirá sempre mais do Governo Regional e do Partido Socialista.

Sabemos os enormes desafios que a juventude açoriana enfrenta.

Até 2010 são 50 mil os jovens açorianos que irão procurar ingressar no mercado de trabalho. Esta situação é única na História da Autonomia açoriana. É um desafio geracional que importa ganhar. É um desafio de todos. É um desafio dos Açores.

Os Açores são a Região mais nova do país em termos demográficos.

A Juventude Açoriana assume, hoje, um papel fundamental nos desafios do futuro.

A mais valia de termos 50 mil jovens qualificados a ingressarem no mercado de

trabalho permitirá que a Região possa dar um passo de gigante rumo ao desenvolvimento.

Assumimos, no encerramento do nosso congresso, um pacto com a Juventude Açoriana. Queremos que todos possam participar na mudança. Queremos que os jovens açorianos tenham uma palavra a dizer sobre o futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Podemos afirmá-lo com convicção:

As ideologias não morreram e são muitas e profundas as diferenças entre a Esquerda e a Direita.

Deputado Mark Marques (PSD): Graças a Deus!

O Orador: Enquanto a Direita defende praticas económicas que visam exclusivamente a optimização do lucro e a concentração do capital, a Esquerda defende a livre iniciativa, a segurança no trabalho, o mérito da classe trabalhadora e uma mais justa redistribuição da riqueza.

Não somos contra o enriquecimento. Mas defendemos intransigentemente o primado da Política sobre a Economia; o primado dos cidadãos sobre a lógica mercantilista; o primado do humanismo sobre as concepções unitárias e absolutas do mercado. Quer isto dizer que a Política, para nós, afigura-se como a tarefa de organização da sociedade. E esta existe para que os cidadãos possam viver de acordo com regras, direitos e deveres que devem ser equilibrados de modo a que as pessoas (que são o que verdadeiramente importa) possam, com o seu trabalho e esforço, contribuir para o bem comum e para a construção da sua felicidade.

É comum ouvirmos dizer que o mundo mudou. É comum ouvirmos dizer que as sociedades modernas têm que saber adaptar-se à nova ordem mundial onde a globalização, a hegemonia dos blocos económicos, a competitividade e a produtividade são ideias mestras de uma Direita que diz ser, ao contrário da Esquerda, apologista da economia de mercado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Quem é que vai privatizar a EDA?

O Orador: Ser pela economia de mercado não implica que se despreze o primado da solidariedade, da tolerância, do indivíduo e do seu direito inalienável ao bem-estar, à saúde e ao trabalho.

Ser pela Economia de Mercado não significa que esta deva ser o motor que tudo move sem que hajam regras claras. Ser pela economia de mercado significa aceitar a livre iniciativa.

Significa, sobretudo, o respeito pela liberdade dentro de um quadro de regras esclarecedoras onde as pessoas não são vistas como meros indicadores económicos que podem ser manipulados conforme possa dar mais jeito às estatísticas.

Deputado Mark Marques (PSD): Sim, sim. Estatísticas sobre o emprego!

O Orador: Ser pela economia de mercado, por fim, não é defender, como a Direita claramente pretende, uma Sociedade de Mercado.

A produtividade e a competitividade têm que ser analisadas à luz do mundo em que nos inserimos. Onde existem graves e profundas assimetrias. Onde os poderosos mandam e os mais fracos ou obedecem ou são submetidos a uma lógica de espécie de Revolução Industrial da era moderna. Onde a precaridade do trabalho favorece o lucro fácil e onde os trabalhadores, principalmente, os que procuram o primeiro emprego, são pau para toda a obra e facilmente descartáveis sem que haja qualquer modelo de prevenção que evite abusos por parte de quem mais pode.

Deputado João Cunha (PSD): Isso resolve-se. É só levar o cartão rosa que fica tudo resolvido!

O Orador: Tanto assim é que, segundo os dados oficiais, em Portugal o desemprego tem vindo a aumentar no último ano fruto de uma política insensata e de desprotecção social levada a cabo pelo Governo da República.

Tanto assim é que, enquanto o Primeiro-Ministro anunciava que o País estava de tanga para justificar o desinvestimento público em áreas tão essenciais como a Educação e a Saúde, implementou, ao arrepio das promessas eleitorais, medidas fiscais socialmente injustas (como o aumento do IVA), dificultou a vida dos jovens no acesso a Habitação com o fim dos juros bonificados e fez aplicar nova legislação no sentido de aumentar brutalmente as propinas universitárias.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: São opções que servem para exemplificar as prioridades de um Governo de Direita.

São opções que devem merecer da juventude açoriana uma denúncia clara e uma firme oposição. Para fraseando Ernesto Che Guevara que dizia "Prefiro Morrer de pé a viver sempre ajoelhado".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Juventude Socialista Açores aprovou no seu VII Congresso Regional dezassete moções sectoriais de entre as quais salientamos as relativas ao ambiente, ao transporte aéreo e à sociedade de informação. Prova evidente da consonância política entre o Governo Regional e a juventude açoriana.

Foi também aprovada a criação de uma associação regional de jovens autarcas socialistas. Com a fundação desta associação, a JS/Açores dá um sinal claro à juventude açoriana. A participação na política autárquica é uma necessidade comunitária que a Juventude Socialista incentiva, apoia e valoriza.

A Juventude Socialista entende que todos os autarcas dos Açores, jovens e menos jovens, devem ser acarinhados e apoiados no desempenho das suas funções.

Aqueles que maltratam os autarcas, maltratam a democracia e contribuem deste modo para o aumento do fosso entre eleitos e eleitores.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

O Orador: A Juventude Socialista Açores quer revitalizar o debate político. Por isso, combateremos a demagogia e a baixa política.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, incentivaremos o debate claro e objectivo e apresentaremos propostas concretas que correspondam aos anseios da juventude açoriana. (Podem bater palmas.)

Em suma, bateremo-nos pela tolerância, valorizaremos a Esquerda e nunca, mas mesmo nunca, deixaremos de defender o primado da solidariedade sobre a economia. Isto é, o primado das pessoas sobre a cegueira dos números.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Informo os Srs. Deputados que terminou o nosso tempo para tratamento de assuntos políticos.**

Vamos passar à Agenda da Reunião da qual consta, como primeiro ponto, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Provedor da Criança Acolhida”.

Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:**

A forma como as sociedades politicamente organizadas encaram o acompanhamento e protecção das suas crianças e jovens é, seguramente, um dos indicadores mais marcantes do estágio de uma civilização, das respectivas ciências de desenvolvimento e até do seu direito.

O normal desenvolvimento e protecção das crianças e jovens, no seio das respectivas famílias, deve ser apoiado através de um conjunto de medidas de política geral e da melhoria constante dessa enorme conquista civilizacional que foi e é a escola pública.

Esta responsabilidade é de todos, de cada cidadão individualmente, das famílias, das organizações da sociedade civil, dos tribunais e do Estado em geral, e também, no nosso caso das Regiões Autónomas e das suas organizações.

O Governo Regional tem vindo a desenvolver um vasto e contínuo processo de intervenção na área das crianças e jovens em risco, sob diversas formas, em todo o arquipélago, o qual tem assentado em 5 grandes eixos:

- construção e/ou criação de novos equipamentos, dotando todas as ilhas de pelo menos um centro de acolhimento ou de um lar para crianças e jovens em risco, evitando que os mesmos tenham, quando não se justifica, de sair da sua ilha (Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores – nesta ilha foram efectuadas as obras de adaptação de uma casa para o efeito, aguardando a decisão da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz em celebrar acordo de cooperação/funcionamento para esta valência).

- Remodelação das grandes estruturas existentes substituindo-as por equipamentos com características de acolhimento familiar, abandonando ou reformulando os grandes lares com características de internato e transformando-as em unidades com o máximo de 10 ou 12 utentes, permitindo uma educação mais personalizada a qual possibilita melhor resultados, proporcionando a respectiva melhoria das condições de bem-estar e desenvolvimento pessoal. É o caso da Casa de Trabalho e Juventude Feminina do Nordeste, do Internato Feminino da Mãe de Deus, do Centro Juvenil, na Terceira, do Internato Feminino da Casa de Infância da Horta.

Foi criado também no corrente ano um Lar para Jovens da Lagoa que constituiu a primeira resposta deste género criada nos Açores, ao abrigo do artigo 51º da Lei 147/99, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Trata-se de um Lar especializado, organizado segundo um modelo educativo adequado aos jovens nele acolhidos, jovens em risco com idades entre os 12 e 16 anos. O mesmo dispõe de uma equipa técnica a quem cabe o diagnóstico da situação de Jovens Acolhidos e a definição e execução do respectivo projecto de promoção e de protecção.

Esta valência resultou da compra de um edifício por parte da Santa Casa da Misericórdia da Lagoa, o qual foi devidamente equipado e adaptado, cujo financiamento no valor de 410 mil euros, foi suportado pelo Governo Regional.

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, suportará os custos de funcionamento através de um acordo de cooperação no valor anual de 125 mil euros para pagamento do pessoal e outras despesas correntes.

Os VII e VIII Governos Regionais despenderam neste programa de intervenção, novos equipamentos e remodelação dos existentes, cerca de 4,5 milhões de euros.

- Criação de equipas que acompanham de forma sistemática e permanente o funcionamento dos lares e centros de emergência no sentido de garantir a qualidade do seu funcionamento.

- Dotação dos quadros de pessoal dessas valências, pessoal técnico e especializado, nomeadamente de psicólogos e assistentes sociais.

- Criação de mecanismos que garantam processos rápidos em matéria de adopção, a solução mais desejável quando não é possível garantir as adequadas condições de regresso das crianças às famílias biológicas. Foram criadas as equipas de adopção de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, compostas por educadores de infância, psicólogos, técnicos de serviço social e juristas.

Foram ainda criadas as EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais, compostas por psicólogos e educadores de infância, técnicos de serviço social e juristas em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, as quais funcionam na directa dependência do Conselho de Administração do Instituto de Acção Social.

Paralelamente ao processo atrás referido, e através dos programas de luta contra a pobreza que têm vindo a ser implementados nos Açores, temos vindo a intervir junto dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente as crianças e jovens dos 0 aos 18 anos, em risco de exclusão social, tendo como objectivo a criação de medidas de prevenção, situações provocadoras de desintegração escolar e comunitária, negligência, violência e abandono familiar, através da criação de Centros de Desenvolvimento e Acolhimento e sistema de prevenção da marginalidade e pré-delinquência.

Neste âmbito, foram criados na Região dois centros de acolhimento de emergência, respectivamente em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, com a finalidade de acolher crianças em situação de negligência, maus tratos e abandono familiar. Estas casas de acolhimento temporário de emergência, procuram dar uma resposta imediata, de emergência transitória, a crianças vítimas de negligência de maus tratos e de abandono.

Trabalham em cooperação com as respectivas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, com os serviços do Ministério da Justiça, Instituto de Reinserção Social e Tribunais, Polícia de Segurança Pública, Serviços de Acção Social Local, Autarquias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, dois núcleos de animadores de rua, abrangendo mais de 50 possíveis beneficiários, tendo por função identificar e prevenir o abandono familiar escolar, uma rede básica de 25 ateliers lúdico-pedagógicos na Ribeira Grande, em Ponta Delgada, na Povoação, na Lagoa, em Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória e em Vila do Porto, 5 clubes de Juventude e Informática (Ribeira Grande, Rabo de Peixe, Ponta Delgada, Praia da Vitória, Lagoa, Povoação e Santa Cruz da Graciosa), 3 ludotecas locais e ambulantes (Santa Cruz da Graciosa, Praia da Vitória e Povoação), 3 unidades de orientação educativa nas escolas (Rabo de Peixe, na Ribeira Grande).

Como se referiu anteriormente, também a Região tem responsabilidades ao nível da prevenção e protecção das crianças e jovens em risco. Desde logo, porque a lei lhe comete essa competência ao nível da fiscalização e licenciamento de instalações das valências das várias instituições, sejam públicas ou privadas, depois, porque os contratos de cooperação de funcionamento contêm cláusulas nesse sentido que são condições da manutenção dos respectivos apoios.

É certo que, como felizmente se sabe, os Açores contam com uma extraordinária rede de voluntariado social que activamente apoiamos.

É certo que a regra é, de longe, o estrito cumprimento por parte dessas instituições, com elevado empenho e consciência social dos deveres e para além dos deveres.

No entanto, pelas razões aludidas, também a Região deve zelar e fiscalizar, nomeadamente ao nível da protecção das crianças e jovens acolhidos que tudo decorra de forma absolutamente exemplar.

É esse o nosso dever, é também para isso que disponibilizamos as quantias necessárias dos dinheiros que são públicos

Por isso mesmo está a ser preparada a criação de uma Inspeção da Segurança Social que também terá poderes de fiscalização do cumprimento dos acordos de cooperação, bem como das determinações de autoridade que aos diversos poderes públicos competem na matéria.

Achamos, no entanto, que a criação de um Provedor da Criança e Jovens Acolhidos, como entidade independente e inamovível eleita por esta casa por maioria qualificada e consensual, com poderes de visita e acompanhamento, emissão de pareceres e recomendações às autoridades públicas competentes, é um passo muito significativo que de forma inédita, em termos nacionais, aqui iniciamos.

A presente proposta foi melhorada por iniciativa dos Deputados do Partido Socialista, na respectiva Comissão, para ficar esclarecida, em termos operativos e de apoio, a completa independência da actuação desta figura.

Esta melhoria merece a nossa total concordância.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na apreciação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, o Grupo Parlamentar do PSD entende fazer alguns comentários, desde logo, pelo

extenso relatório de actividades apresentado pelo Sr. Secretário Regional que nalgumas das suas características e aspectos não têm directamente a ver com esta matéria, mas de qualquer forma está no âmbito da política social.

Esta iniciativa é necessária quando, cada vez mais, se torna importante a defesa e promoção da criança acolhida nos seus direitos.

O Instituto de Apoio à Criança, entidade que emitiu parecer, considerou esta iniciativa oportuna, necessária e adequada.

Contudo, tenho que fazer algumas observações relativamente ao projecto de diploma em si.

Não fora a atitude sensata do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dos membros da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Partido Socialista, e também de alguma colaboração dos Deputados do PSD na referida Comissão, este diploma estava preparado de uma forma extremamente incorrecta.

Dois exemplos:

1º - O Provedor era designado pela Assembleia Legislativa Regional, por maioria qualificada, mas tomava posse perante o Presidente do Governo;

2º - O Provedor apresentava as suas recomendações e pareceres, especialmente ao Governo, mas o funcionamento e financiamento dos serviços desta Provedoria é da responsabilidade financeira da Assembleia Legislativa Regional.

Para além destes dois exemplos, acresce que o articulado deste diploma com 23 artigos, foi alterado substancialmente (o artigo 1º foi alterado, o artigo 2º teve uma alteração mas menos significativa e os artigos 3º, 5º, 6º, 10º, 15º, 17º, 19º, 20º, 22º e o 23º também foram alterados).

Portanto, a iniciativa legislativa vinha mal preparada, mal orientada politicamente, numa atitude de desrespeito para com o Parlamento Regional. Quando atribui ao Parlamento Regional a missão de designar o Provedor, a sua tomada de posse seria feita perante o Presidente do Governo. Quando atribuía ao Parlamento Regional a assunção da responsabilidade no seu funcionamento, os pareceres e as recomendações eram potencialmente dirigidos ao Presidente do Governo.

Não fora – e repito – a sensatez dos Srs. Deputados do Partido Socialista, membros da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais que trouxeram uma proposta

abrangente de alterar esta iniciativa legislativa, com o apoio dos parlamentares do PSD e com algumas aporções dos Deputados do PSD, esta iniciativa legislativa era paupérrima, não obstante o seu objectivo ser válido.

Deputados Luís Medeiros e Joaquim Machado (*PSD*): **Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.**

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o reconhecimento feito nesta Assembleia pelo trabalho da Comissão de Assuntos Sociais e, em particular, dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que integram esta Comissão.

Salientaria que a Comissão e os Deputados do Grupo Parlamentar do PS fizeram, como têm feito no passado e como farão sempre, todas as alterações que julgaram necessárias ao documento para o melhorar e para ter condições de ser aprovado nesta casa. Mais não direi sobre as propostas de alteração, uma vez que o documento será apreciado na especialidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Durante muito tempo, diria mesmo demasiado tempo, a institucionalização de crianças e jovens vítimas de maus tratos, abusos ou negligência foi considerada como representando a resolução para um problema.

O objectivo consistia em retirar a criança do ambiente e relação que a vitalizava, competindo à instituição que a acolhia zelar pela sua integridade física e assegurar a satisfação das suas necessidades básicas.

Efectuada a institucionalização a criança ficava, regra geral, entregue à instituição por períodos indefinidos, na grande maioria dos casos até atingir a maioridade.

Estas instituições assumiam a forma de grandes internatos, frios e impessoais.

Os edificios onde funcionavam claramente distintos das habitações comuns e os seus residentes facilmente identificados na escola ou mesmo na rua até pelo tipo de vestuário que utilizavam.

Não me refiro a uma realidade muito remota. A prová-lo estão ainda os nomes de algumas instituições, dos nossos dias, onde persistem referências como "internato" ou "asilo", persistindo também as conotações que lhe estão associadas.

Gradualmente, foram-se processando um conjunto de alterações relevantes.

Interiorizou-se que a criança não é um homem pequeno. É antes um indivíduo com necessidades específicas em função do seu processo de desenvolvimento e de autonomização;

Tomou-se consciência de que a criança não é "propriedade" dos pais, ou de quem tenha a sua guarda, mas é antes sujeito de plenos direitos, competindo aos pais, ou aos seus substitutos, garantir a sua defesa e promoção;

Procedeu-se ao reconhecimento público desses direitos, a nível internacional, e assumiu-se que estes têm, necessariamente, de contemplar as diferentes áreas de desenvolvimento da criança, por forma a garantir que o mesmo se processe de forma harmoniosa.

Por fim, e mais recentemente clarificaram-se os deveres do Estado e das instituições com intervenção junto das crianças, bem como da população em geral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

Sem pretender fazer uma análise exaustiva dos direitos da criança e dos deveres de todos nós, gostaria, no entanto, de salientar alguns que, referidos com menos frequência, são mais facilmente esquecidos, sendo, todavia, particularmente relevantes para o bom desenvolvimento de qualquer criança e, conseqüentemente para a análise em causa:

Enquanto os enuncio gostaria de vos desafiar a reflectir e avaliar o nível de promoção e de defesa que efectivamente garantimos.

- Direito a desenvolver e preservar a sua identidade;
- Direito a exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe dizem respeito, e de ver essa opinião devidamente tida em consideração;
- Liberdade de expressão, que inclui o direito de receber e ou procurar informação;
- Direito à liberdade de associação;
- Direito à privacidade, que inclui o direito de ser protegida de intromissões desnecessárias ou abusivas na sua vida privada e de ofensas à sua honra e reputação;

- Direito ao repouso e aos tempos livres, que inclui o direito de participar em actividades recreativas, culturais e artísticas;
- Direito de ser protegida contra todas as formas de exploração, negligência ou maus tratos;
- Direito de ser protegida de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;
- E direito de ser protegida contra todas as formas de discriminação;

Até que ponto é defendemos e promovemos estes direitos?

Todos estes direitos são válidos para todas as crianças. A institucionalização de qualquer criança não deve, nem pode, limitar, suspender e muito menos anular qualquer destes direitos. Pelo contrário faz com que ganhem particular relevância e que outros precisem de ser explicitados, como por exemplo:

- Direito à revisão periódica das medidas especiais a que tenha sido sujeita;
- E o direito de manter relações pessoais e contactos directos com os pais.

Assume-se, assim, que estes direitos são, inequivocamente, universais devendo abranger todas as crianças independentemente da sua origem, classe social, condições de vida etc..

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

A par dos direitos da criança definem-se também os deveres do Estado, das instituições com intervenção junto da criança e de todos nós, no exercício responsável da nossa cidadania.

Salientaria apenas 3 documentos de referência:

A Declaração dos Direitos da Criança que introduziu pela primeira vez aquilo a que convencionou chamar "o superior interesse da criança";

Neste documento fica expressamente referido que todas as decisões relativas a crianças, tomadas por instituições de protecção social públicas ou privadas, por tribunais, autoridades administrativas ou legislativas, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança.

No mesmo artigo estipula ainda que compete ao Estado garantir que o funcionamento das instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo se processe de acordo com as normas estabelecidas na lei, nomeadamente no

que concerne a segurança, número e qualificação de pessoal e existência de fiscalização adequada.

Em Portugal, e em 1991 são criadas as Comissões de Protecção de Menores, actuais Comissões de Protecção de Crianças e Jovens que, sediadas ao nível concelhio, asseguram a proximidade da população em risco, a audição da criança e dos pais, incluem na sua constituição representantes das autarquias, dos serviços de solidariedade social, de saúde, da educação, e das IPSS, da política, garantindo, assim, a pluridisciplinariedade indispensável ao tratamento destas questões.

Mais recentemente, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, publicada em 1999 e posteriormente alterada em Agosto do corrente ano, define claramente a obrigação de proteger a criança de pessoas e actos que ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, quer esse perigo resulte da acção ou da omissão de terceiros ou da própria criança ou ainda do facto do adulto não actuar de forma adequada por forma a removê-lo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

É neste contexto, e tendo como pano de fundo este conjunto de direitos e deveres, que o Governo Regional tem vindo a tomar um conjunto de medidas das quais destacaria:

- Criação de estruturas de acolhimento de crianças e jovens em risco nas diferentes ilhas, por forma a evitar um maior desenraizamento das crianças já vitimizadas.
- Reformulação das estruturas de acolhimento já existentes substituindo os grandes internatos por residências de dimensão familiar integradas na malha urbana das comunidades e que favoreçam o estabelecimento de relações afectivas e uma dinâmica mais humanizada;
- Prestação de apoio técnico às instituições com valência de acolhimento;
- Operacionalização das alterações aos acordos de cooperação com as instituições com valência de acolhimento, por forma a que estas possam constituir as suas equipas técnicas;
- Criação de Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais;
- E promoção de formação de técnicos no âmbito do direito de menores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

É ainda neste contexto, tendo igualmente como pano de fundo este conjunto de direitos e deveres bem como a atenção que o Governo Regional sempre dedicou a esta causa, que hoje aprovamos a proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Provedor da Criança Acolhida.

A aprovação desta proposta não representa qualquer desvalorização dos serviços já existentes com intervenção junto de crianças e jovens em risco, e muito menos qualquer intromissão nas competências que lhes estão atribuídas.

Todas elas, desde as instituições de acolhimento, aos Tribunais que determinam a colocação das crianças, passando pelas instituições que tem a seu cargo o acompanhamento e a execução das medidas de acolhimento ou a sua fiscalização, têm vindo a prestar um contributo válido e digno de reconhecimento.

A aprovação desta proposta representa tão somente o reconhecimento da complexidade inerente à tarefa de defesa dos direitos das crianças e jovens acolhidos, bem como a forte vontade de assegurar mais um contributo para a sua efectiva promoção.

Aprovamos esta proposta, porque reconhecemos que muitas vezes o processo de tomada de decisão por parte dos diferentes serviços que interagem com a criança acolhida não se coaduna com a urgência que o tempo assume para a criança. O tempo que para um adulto parece um momento, para a criança, quase sempre, parece uma eternidade.

Aprovamos esta proposta, porque reconhecemos que, apesar da vontade que as instituições com valência de acolhimento indubitavelmente possuem de prestar o melhor serviço possível, ainda não dispõem das condições necessárias para o efeito, nomeadamente no que concerne, por exemplo, a recursos humanos com conhecimentos específicos na área do desenvolvimento infantil, de estratégias de dinamização e animação de grupos, de estratégias para promoção do desenvolvimento de competências pessoais e sociais ou com competência ao nível da gestão financeira e de recursos humanos.

Aprovamos esta proposta, porque estamos convictos de que a grande maioria das crianças acolhidas não está consciente dos seus direitos e, mesmo que o esteja, não

possui competências que lhes permitam identificar e aceder aos diferentes serviços envolvidos para reivindicar, de forma eficaz, a sua concretização;

Aprovamos esta proposta, porque sabemos que se quisermos ouvir o que as crianças acolhidas pensam, sentem, temem e anseiam, temos de ir ao encontro delas, não podemos esperar que venham elas a um qualquer gabinete.

Aprovamos esta proposta, porque queremos que a criança institucionalizada esteja em segurança, mas também que brinque; receba carinho; desenvolva amizades; jogue futebol; receba pelo Natal o brinquedo que viu na televisão e tanto deseja; corra, caia e esfole o joelho para depois, quando lhe colocarem o penso rápido receber também um beijo, em suma: que tenha tempo para ser criança;

Aprovamos esta proposta, porque estamos certos de que esta Assembleia saberá eleger um Provedor da Criança Acolhida com capacidade de mediação para promover uma maior articulação entre os diferentes serviços com intervenção junto da criança acolhida e assegurar uma maior agilização dos processos;

Com poder de negociação que lhe permita incentivar e promover a operacionalização das alterações legislativas, funcionais e de atitudes que se revelem necessárias;

E com disponibilidade intelectual e afectiva para estabelecer com a criança uma relação empática que a faça sentir-se ouvida, aceite, compreendida e segura de que será apoiada;

Aprovamos esta proposta, porque queremos que a criança institucionalizada deixe de estar institucionalizada o mais rapidamente possível;

Aprovamos esta, proposta porque, em nosso entender, os elos mais fracos não se excluem, protegem-se.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, dos Membros do Governo e dos Deputados Paulo Valadão, do Grupo Parlamentar do PCP, e José Manuel Bolieiro, do Grupo Parlamentar do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Participámos nos trabalhos da Comissão em que tivemos oportunidade de analisar esta matéria, de ouvir o Sr. Secretário Regional e de, finalmente, poder ter um projecto que será aceite por esta Assembleia Legislativa Regional.

Da nossa parte tomaremos aqui uma posição igual àquela que tomámos durante os trabalhos da Comissão, ou seja, vamos votar favoravelmente, porque consideramos ser importante que o principal órgão da Autonomia venha, no futuro, a eleger o Provedor da Criança Acolhida, e que agora, através de Decreto Legislativo Regional, crie este órgão administrativo que ficará ligado ao próprio órgão legislativo, quer através da sua eleição, quer através da manutenção deste órgão administrativo.

Consideramos este aspecto importante, tal como consideramos que é fundamental as competências que estamos a atribuir ao Provedor da Criança Acolhida.

É um órgão administrativo que poderá vir a desempenhar um papel importantíssimo relacionado com um grupo de pessoas que precisam de ser protegidas e tratadas devidamente pela nossa sociedade.

A essas pessoas tem que ser dada a possibilidade de usufruírem em pleno de todos os seus direitos e de serem preparadas para poderem vir a ser cidadãos capazes de desempenhar o seu papel na sociedade.

Em nosso entender, é fundamental que esta instituição, este órgão administrativo venha a exercer todas as suas competências em toda a sua plenitude e que venha a colaborar com os órgãos que já existem para que sejam cumpridos os direitos das criança acolhidas as quais, nesta Região Autónoma, já ultrapassam o meio milhar.

Como já referi, vamos votar favoravelmente, na generalidade, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Também vamos votar favoravelmente as propostas de alteração que foram consensualizadas na Comissão e vamos apoiar esta medida que entendemos ser necessária e justa. (*)

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Como sabem, existem muitas propostas de alteração que vieram da Comissão e que são subscritas pelo PS.

Está aberto o debate para o artigo 1º e para a respectiva proposta de alteração.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como referi anteriormente, existe um conjunto de propostas de alteração para a especialidade, apresentadas em sede de Comissão pelos Deputados do Partido Socialista e uma apresentada pelos Deputados do Partido Social Democrata, que consta do relatório da Comissão.

Na sua maioria são propostas de alteração que pretendem clarificar alguns conteúdos e proceder a alguma correcção de redacção.

Salientaria, no entanto, um outro conjunto de alterações que merece particular relevância, uma vez que opera uma alteração significativa, a transferência para a Assembleia Legislativa Regional de competências anteriormente atribuídas ao Presidente do Governo Regional dos Açores. Essa alteração, em nosso entender, contribui para garantir a este órgão que hoje criamos a máxima independência possível no exercício das suas funções.

As propostas de alteração que foram apresentadas em Comissão, foram votadas na altura, sendo que alguns partidos reservaram a sua posição para plenário, sem prejuízo de discussão artigo a artigo, mas creio que a filosofia subjacente a todas as alterações foi esta. Se for necessário fazer uma discussão e votação artigo a artigo, faremos.

Presidente: Não havendo mais alterações, vamos votar esta proposta de alteração para o artigo 1º que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação da parte restante do corpo do artigo 1º.

O Sr. Deputado Bento Barcelos pede a palavra para...?

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, apenas para propor que faça a votação, na globalidade, de todas as alterações, porque elas foram consensualizadas em sede de Comissão e depois avançaremos para a votação final global.

Presidente: A mesa concorda plenamente com a sua sugestão e julgo que da parte da Câmara não há nenhuma objecção.

Votemos assim todas as propostas de alteração que vêm da Comissão para os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 10º, 13º, 15º, 17º, 19º, 20º, 22º e 23º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação de todos os artigos, desde o 1º ao 23º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Provedor da Criança Acolhida”, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Aprovado o diploma, o mesmo baixa à Comissão de Assuntos Sociais para redacção final.

Antes de dar a palavra para as declarações de voto, chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de termos que fazer uma alteração ao Orçamento da Assembleia para adaptar esta nova circunstância.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração muito rápida, mas feita com muito sentido.

Este diploma foi apresentado nesta Casa e foi votado por unanimidade na generalidade, na especialidade e em votação final global. Isto significa claramente que esta Casa está ciente de que esta entidade que acabámos de criar irá desenvolver uma função fundamental nesta Região.

Por isso, desde já, e como o Sr. Presidente já anunciou, esta Casa tem que ser a primeira instituição a preparar-se para tomar todas as medidas necessárias para a sua criação, implementação e concretização, desde instalações, pessoal e condições orçamentais para que possa desempenhar a função que nós esperamos que mereça também o consenso desta Casa, na medida em que fazemos e criamos nesta Região, pela primeira vez, uma entidade que para ser designada terá de ter obrigatoriamente dois terços dos votos desta Casa.

Por isso consideramos fundamental, porque é a primeira entidade que criamos nesta Região, um consenso muito alargado.

Esperamos e desejamos que rapidamente se possa concretizar para bem das nossas crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

É para afirmar que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português votámos favoravelmente a criação do Provedor da Criança Acolhida conscientes da necessidade imperiosa da Assembleia Legislativa Regional executar todos os procedimentos necessários, a partir deste momento, no sentido de serem orçamentados os meios necessários e criadas as condições necessárias para que efectivamente possa vir a ser eleito o Provedor da Criança Acolhida, para que ele desempenhe as funções aprovadas através deste Decreto Legislativo Regional. (*)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nos associarmos às declarações de voto proferidas, mencionando que a preservação e promoção dos direitos das crianças deve ser algo que preocupe todo o cidadão responsável, todos os responsáveis políticos, mormente os órgãos de Governo próprio e esta Assembleia.

O Parlamento Regional não podia, de forma nenhuma, deixar de ter esta atitude responsável e cívica de assumir este papel importante na defesa e promoção dos direitos das crianças.

Presidente: **Passamos ao diploma seguinte:** Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Classificação da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico”.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Como sabem, a paisagem da vinha da Ilha do Pico está centrada em valores de produção do vinho e de um vasto património que lhe está associado, designadamente os currais, adegas, solares, ermidas, rola pipas, relheiras, etc..

Para além destes valores patrimoniais existem alguns outros naturais, florísticos, faunísticos e também valores geológicos que importa preservar.

Existe a intenção, particularmente por parte dos picoenses, de uma eventual candidatura deste bem à UNESCO, mas um único passo foi dado, há dois ou três anos atrás, e resultou precisamente na classificação desta área. O Decreto Legislativo Regional 12/96/A, só veio a ser regulamentado em 2002.

Em 2001, o VIII Governo Regional iniciou o processo de elaboração da candidatura, concluiu, remeteu para a UNESCO, num momento particularmente difícil já que, como é sabido, a UNESCO permite apenas que cada Estado apresente apenas um bem anualmente.

Devo também referir que a dificuldade resultou do facto de existirem outros dois bens, nomeadamente o Marvão e o Centro Histórico de Santarém, que estavam igualmente na corrida a uma eventual classificação pela UNESCO.

Em 2002, este bem foi avaliado tecnicamente por técnicos do ICOMOS e do CM.

Em Julho de 2003 teve lugar a Comissão do Comité da UNESCO em Paris, onde eu próprio tive oportunidade de participar e defender a nossa candidatura, tendo ficado aprovado que esta candidatura seria deferida no tempo e a Região seria convidada a fazer algumas alterações. Uma, é passarmos esta candidatura a um bem, classificado como bem cultural, sem prejuízo, obviamente de justificarmos aquilo que são bens naturais que lhe estão associados. Uma segunda, passa pela necessidade de alargar, com alguma expressão, toda a área candidata.

Foi esse trabalho que entretanto desenvolvemos e é com este enquadramento que surge a necessidade de se verificar a reclassificação desta Paisagem

Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, diploma que hoje trazemos a esta Assembleia.

Neste diploma são alterados os limites da paisagem. É aumentada a área em cerca de 300 hectares. São também definidos os órgãos de gestão. Eles já estavam definidos anteriormente, mas devo fazer uma ressalva para dizer que estes órgãos vêm funcionando há cerca de 2 anos. Refiro-me concretamente à Comissão Directiva, ao Conselho Consultivo e também ao Gabinete Técnico que foi criado para o efeito.

Ao nível dos condicionamentos, estes mantêm-se de forma idêntica ao que ocorria no diploma 12/96/A.

Estão previstos também regulamentos. Eu devo adiantar que nós temos dois regulamentos prontos que serão publicados na sequência da aprovação deste novo Decreto Legislativo Regional e também posso adiantar que temos neste momento concluída praticamente a nova candidatura, sendo que esta será remetida, julgo que ainda durante o corrente mês de Dezembro, para a representação da UNESCO em Portugal e também directamente para a UNESCO em Paris.

Perante estes elementos que me parecem os mais relevantes, ficarei à disposição para qualquer questão que queiram levantar.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha do Pico foi criada, conforme disse o Sr. Secretário, pelo Decreto Legislativo Regional 12/96/A, de 27 de Junho, num desenvolvimento lógico das medidas cautelares que constavam já de alguns normativos precedentes.

Trata-se de uma zona, conforme já foi evidenciado, constituída e integrada por um vasto e inegável património natural edificado e que carrega um valor histórico e cultural inestimável.

Hoje, esta Assembleia está perante uma proposta de revisão do diploma de criação da Paisagem Protegida da Vinha do Pico, alterações estas que têm essencialmente a ver com a redefinição das áreas classificadas, respondendo positivamente às sugestões do ICOMOS de forma a reforçar o dossier de candidatura a património mundial e dando mais uma vez nota do empenhamento que o Governo e o Partido Socialista colocam nesta matéria.

Da proposta do Governo ressalta ainda a previsão legal do Gabinete Técnico, gabinete este que já está em funcionamento, já está no terreno e é responsável pelo trabalho técnico de sensibilização, a todos os níveis notável. Desde já, queremos deixar esta nota de realce para o trabalho que esses funcionários e técnicos têm feito no terreno.

A proposta de diploma clarifica também a natureza e a forma de regulamento da paisagem protegida, o que é fundamental e importante, porquanto se tratou de uma matéria nem sempre pacífica

Na sequência da análise e do debate que se gerou em Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez chegar à mesa uma proposta de alteração na especialidade que enquadra a produção regulamentar já em curso, conforme foi afirmado pelo Sr. Secretário na Comissão relativamente aos apoios à reabilitação da paisagem vinícola e do património edificado nas áreas da paisagem protegida.

Estas são razões mais que suficientes para fundamentarem o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a esta iniciativa. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente esta proposta.

Ela vem dar mais um contributo para que se consigam ultrapassar alguns problemas que existiram, para que consigamos ter a nossa paisagem protegida considerada pela UNESCO como património mundial.

Por outro lado, mesmo que não fosse esse o objectivo, haveriam razões suficientes para preservarmos ao máximo aquele lugar histórico onde gerações e gerações, à falta de terra para produzir cereal, usavam a rocha e a pedra para obter riqueza para que pudessem viver ao longo de centenas de anos.

Ao preservar esta história, estamos a fazer a melhor homenagem ao espírito do açoriano e do picoense, em particular, porque com muito esforço, muita emoção e coragem, quase raiva, agarrava-se às pedras negras para conseguir viver naquela ilha que tem condicionalismos muito mais difíceis, em termos de terrenos, do que outras ilhas têm.

Portanto, essa é mais uma homenagem que fazemos ao homem do pico.

Em relação às alterações que o diploma traz e que certamente irão contribuir para ultrapassar os problemas que existiram em sede do processo de qualificação para património mundial, gostaria de dizer também que o alargamento da zona e aquilo que se está a considerar, foi tido em consideração nessas zonas de alargamento, razão pela qual, em termos da edificação, não existirão alterações substanciais para as populações.

Gostaria de referir também que concordamos com a preocupação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que comungamos há bastante tempo da mesma, no sentido de se dar um sentido de interesse colectivo e prático às populações para que mais facilmente possam aderir a este processo que tem coisas muito boas e importantes, mas temos que perceber que às vezes há conflito entre alguns interesses colectivos com certos interesses individuais.

Portanto, importa fazer um diálogo aprofundado com as pessoas, explicar, fazer compreender o que está em causa, mas também dar um sentido prático

aos condicionalismos que existem pondo na outra mão algumas vantagens pelo facto das pessoas poderem manter o património que têm.

Portanto, face a estes argumentos, naturalmente vamos votar a favor não só da proposta de alteração, mas do diploma em si. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir argumentos já aqui colocados.

Esta matéria é extremamente importante.

É um processo que está em evolução em relação ao processo de classificação pela UNESCO.

É de fundamental importância que se dêem os passos adequados no sentido correcto. Entretanto, na Comissão, procurei dar um contributo no sentido de ir um pouco mais à frente, porque classificar é bom, é necessário, mas depois há as questões que se prendem com as consequências da classificação, consequência para os patrimónios, para as produções e para as vivências.

Foi nesse aspecto que penso que a Comissão teve um debate interessante, especialmente marcado pela grande abertura do Sr. Secretário Regional, que não só informou em extensão e em profundidade, como deu garantias de que a regulamentação que está a ser preparada e que anunciou aqui como quase pronta, efectivamente toma as medidas que são adequadas no sentido desses interesses e dessas necessidades serem devidamente acolhidas.

Portanto, teremos um processo de classificação de um bem cultural. No quadro dessa classificação, o rendimento das pessoas que vivem no seio disso não será prejudicado e haverá um benefício geral relativamente a essa classificação, quer colectivo, em termos regionais e nacionais, quer no interesse particular dos cidadãos da área classificada.

Portanto, é neste sentido e foi com estes cuidados que o Grupo Parlamentar do PCP participou neste debate na Comissão; é neste sentido e é com estes cuidados que o processo está a evoluir, que a regulamentação está a ser preparada e neste quadro não temos qualquer dúvida em nos associarmos de bom grado a essa iniciativa do Governo.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Para este diploma existe uma proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 12º.

Se não houver objecção por parte da câmara, poria à votação na especialidade desde os artigos 1º a 11º.

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretários: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 12º existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para frisar que consideramos esta proposta importante. Delimita o sentido da regulamentação e surge no sentido da concretização das conclusões consensuais a que chegámos no debate na Comissão sobre o papel que a regulamentação tinha que ter.

Por isso não queria deixar de expressar o apoio do Grupo Parlamentar do PCP a esta proposta em concreto.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Conforme disse na minha intervenção no debate na generalidade, o Partido Socialista apresentou esta proposta de alteração.

Como referenciou e bem o Sr. Deputado José Decq Mota, ela surge na sequência da análise e do debate gerado em Comissão e até na sequência das informações prestadas pelo Sr. Secretário nesse debate. Ela visa essencialmente estabelecer os termos da produção regulamentar, no que respeita aos apoios à reabilitação da paisagem vinícola e do património edificado nas áreas da paisagem protegida da vinha do Pico. (*)

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação dos artigos 13º e 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: **Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.**

Presidente: **Passamos à votação final global.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: **Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.**

Presidente: **O diploma baixa à respectiva Comissão para redacção final.**

Passamos agora à votação dos relatórios da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, sobre Pedido de autorização à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que os Srs. Deputados Manuel Arruda e Alvarino Pinheiro sejam ouvidos na qualidade de testemunhas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): **Sr. Presidente, uma vez que está a suscitar alguma perplexidade junto de alguns Srs. Deputados, há uma alteração do modo de procedimento.**

O que vai ser votado é o parecer e não o sentido do parecer.

Para que não haja confusões não sei se não seria pedagógico neste momento explicar alguma coisa sobre essa matéria.

Presidente: **Eu informo a Câmara que esta situação foi abordada e tratada na Conferência de Líderes.**

Uma vez que se deixa de votar em nomes individualmente, deixa de ser necessária a votação secreta. A partir de agora passamos a votar os relatórios por isso vamos usar o sistema tradicional de votação.

Esta alteração que nós fazemos agora já é utilizada na Assembleia da República.

Portanto, fica aqui este registo e ainda bem que o Sr. Deputado fez essa interpelação.

Passemos a votação.

Votemos em primeiro lugar, o relatório referente ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o relatório referente ao Sr. Deputado Manuel Arruda.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao penúltimo ponto: Eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico Social.

Como elementos efectivos são propostos os Srs. Fernando Rosa Rodrigues Lopes e Luís Tadeu da Silva Dutra.

Como elementos suplentes são propostos os Srs. António Gabriel Fraga Martins Maio e Francisco Jorge Silva Ferreira.

(Pausa)

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para...?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu tenho algumas dúvidas em relação ao boletim de voto que tenho na minha posse, à sua conjugação com o artigo 173º do Regimento e até à prática corrente usada nesta Assembleia em relação à eleição de cargos externos à Assembleia.

O nosso Regimento diz que o voto é uninominal. Sempre praticámos voto uninominal e agora aparece-nos um voto de lista.

Eu gostaria de dizer que estamos em total desacordo com a interpretação que foi dada ao Regimento e sugeríamos que o boletim de voto fosse alterado para votarmos de acordo com o que estipula o Regimento.

Presidente: Tem toda a razão. Eu também já tinha observado isso.

Realmente este boletim não está correcto, porque trata-se de uma eleição individual.

Vamos suspender os nossos trabalhos durante 15 minutos.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 13 horas e 20 minutos)

Srs. Deputados, gostaria de informar a câmara que, para além daquele lapso de há pouco, deu entrada na Mesa da Assembleia, nos termos regimentais (artigo 174º), um documento subscrito por 5 Deputados indicando estes nomes e anexando as declarações de aceitação de cada um deles.

Portanto, do ponto de vista formal, o assunto está bem tratado.

Passamos à votação e chamada dos Srs. Deputados.

(Neste momento procedeu-se à chamada e votação dos Srs. Deputados)

Presidente: Srs. Deputados, passo a anunciar o resultado da votação.

Fernando Rosa Rodrigues Lopes – 29 votos a favor, 13 votos contra e 5 votos de abstenção.

Luís Tadeu da Silva Dutra – 24 votos a favor, 20 votos contra, 2 votos de abstenção e 1 voto em branco.

António Gabriel Fraga Martins Maio – 29 votos a favor, 13 votos contra e 5 votos de abstenção.

Francisco Jorge Silva Ferreira – 30 votos a favor, 13 votos contra, 3 votos de abstenção e 1 voto em branco.

Terminada a votação, resta-me pôr à vossa consideração a seguinte Proposta de Resolução:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Dezembro”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Terminaram assim os nossos trabalhos.

Desejo-vos um bom Natal e um bom Ano Novo, politicamente muito empenha.

Bom regresso a casa.

Boa tarde.

(Eram 13 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

() Texto não revisto pelo orador.*

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco